

PATRICIA MICHELINI SCHERNER

**IMIGRAÇÃO DE LATINO-HISPÂNICOS PARA CURITIBA-PR NO CONTEXTO
DO DIREITO À CIDADE E HABITAÇÃO.**

**CURITIBA
2006**

PATRICIA MICHELINI SCHERNER

**IMIGRAÇÃO DE LATINO-HISPÂNICOS PARA CURITIBA-PR NO CONTEXTO
DO DIREITO À CIDADE E HABITAÇÃO.**

Artigo científico apresentado ao
Curso de Especialização em
Relações Internacionais – Turma I
– UFPR/CASLA, como requisito
parcial à obtenção do grau de
especialista.

Orientador: Prof^ª Dr^ª Zulma das
Graças Lucena Schussel

**CURITIBA
2006
ii**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR
Setor de Ciências Humanas Letras e Artes - SCHLA
Departamento de Ciências Sociais - DECISO
Casa Latino Americana - CASLA
Curso de Especialização em Relações Internacionais

Ata da sessão pública da apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Relações Internacionais em convênio entre a Casa Latino Americana e a Universidade Federal do Paraná. Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e seis, às 19:00 horas na Sede da Casa Latino Americana, foram instalados os trabalhos da banca, constituída pelos seguintes Professores: Zulma das Graças Lucena Schussel e Jose Renato Teixeira da Silva, sob o título *Imigração de latino- hispânicos para Curitiba-Pr no contexto do direito à cidade e habitação* de autoria de **Patrícia Michelin Scherner** tendo obtido os seguintes conceitos: Professora Zulma das Graças Lucena Schussel (~~X~~), Professor Jose Renato Teixeira da Silva (~~A~~). Em seguida foi declarada aprovada e receberá o título de Especialista em Relações Internacionais. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão na qual foi lavrada a presente ata que será assinada pela banca examinadora.

OBS: _____

Curitiba, 18 de dezembro de 2006.

Profa. Zulma das Graças Lucena Schussel

Prof. Jose Renato Teixeira da Silva

SUMÁRIO

ATA DA APRESENTAÇÃO DO ARTIGO E CONCEITO.....	iii
SUMÁRIO.....	iv
TÍTULO DO ARTIGO.....	01
NOME DA AUTORA E ORIENTADORA.....	01
RESUMO.....	01
ABSTRACT.....	01
PALAVRAS-CHAVE.....	01
KEYWORDS.....	01
INTRODUÇÃO.....	02
CRISE HABITACIONAL NO BRASIL.....	04
PRINCIPAIS ASPECTOS DA POLÍTICA PÚBLICA DA HABITAÇÃO NO BRASIL.....	09
POLÍTICA HABITACIONAL NO PARANÁ.....	11
POLÍTICA HABITACIONAL PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CURITIBA – PR – A COHAB CURITIBA.....	11
CONSEQÜÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO NAS RELAÇÕES ESPACIAIS E TERRITORIAIS	13
IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO PARA AS CIDADES.....	17
A GLOBALIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS: O MERCOSUL.....	19
O MERCOSUL IMPULSIONANDO AS MIGRAÇÕES NA AMÉRICA LATINA.....	20
O BRASIL NA ROTA DAS MIGRAÇÕES LATINO-AMERICANAS.....	22
DIFICULDADES E FACILIDADES NO ÂMBITO DA INSERÇÃO DE LATINOS IMIGRANTES NA CIDADE E HABITAÇÃO, SOB O PRISMA DE UMA	

IMIGRANTE LATINO-HISPÂNICA.....	24
O PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO.....	27
CONCLUSÃO.....	29
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	33

IMIGRAÇÃO DE LATINO-HISPÂNICOS PARA CURITIBA-PR NO CONTEXTO DO DIREITO À CIDADE E HABITAÇÃO.

Patrícia Michelini Scherner – UFPR/CASLA – patty13ms@ig.com.br

Aluna do Curso de Especialização em Relações Internacionais da UFPR.

Orientadora: Prof^a Dr^a Zulma das Graças L. Schussel

Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR, Professora de

Planejamento Urbano e Regional da PUC/PR

2. RESUMO

Este artigo discute os vários sentidos da perspectiva da globalização na América Latina, configurada pelo advento do MERCOSUL, com especial destaque para a questão territorial, refletida pelas migrações de latino-hispânicos e conseqüentemente no acesso desses no direito à cidade e na habitação, no contexto da cidade de Curitiba – PR. Destaque para a apresentação de dados estatísticos e indicadores sobre densidade habitacional por domicílio e índice habitacional no Brasil; trabalhadores no MERCOSUL e migrações no continente latino. Destaque também para a apresentação e discussão dos resultados da pesquisa sobre os assuntos correlatos e decorrentes do tema principal, como crise habitacional no Brasil, panorama atual da habitação no Paraná e em Curitiba, conseqüências da globalização nas relações espaciais e territoriais, conceitos de *verticalidades* e *horizontalidades* e o MERCOSUL possibilitando as migrações latino-americanas. Além disso, apresenta duas entrevistas com enfoque qualitativo com uma imigrante uruguaia que atua na política pública da habitação e outra com uma representante governamental que atua na Assessoria Internacional do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba – IPPUC.

ABSTRACT

This article discusses the perspectives of globalization in Latin America, configured by the advent of Mercosul. With special approach to the territorial issue, reflected by the immigrations of Latin Hispanic and consequently the access of these ones to the rights of city and habitation, focused in the City of Curitiba-PR. Emphasizing statistical data and population density indexes per home and Brazilian population indexes, workers in Mercosul and immigrations in Latin America. Highlighting the results of a research about related matters as: habitation crisis in Brazil, actual situation of habitation in the State of Paraná and Curitiba, consequences from globalization in spatial and territorial relations, concept of Horizontality and Verticality, the Mercosul making possible the Latin American immigration. Additionally presenting two interviews: one with a Uruguayan immigrant that acts in the Public Habitation Policy of Curitiba and other with a city governmental representative acting at the International Office of the Research and Planning Institute of Curitiba (IPPUC).

3. PALAVRAS-CHAVE

Imigração; cidade; habitação; latino-americanos; Mercosul.

KEYWORDS

Immigration, cities, habitation, Latin-Americans, Mercosul.

4. INTRODUÇÃO

Com o advento da globalização e com o avanço da inserção do Brasil no cenário das relações comerciais internacionais e diplomáticas, a presença do estrangeiro no Brasil só tende a crescer.

Segundo SASSEN (1998), nos anos 70, muitas das grandes cidades em países altamente desenvolvidos estavam perdendo população e atividade econômica. Falava-se de um irreversível declínio dessas cidades. Porém, desde então tem havido um ressurgimento que resulta, em boa parte, da interseção de grandes correntes: (1) uma mudança em direção aos serviços, particularmente a ascensão das finanças e dos serviços especializados em todas as economias adiantadas e (2) a transnacionalização cada vez maior da atividade econômica. Entretanto, essa transnacionalização deve atuar nos níveis regional, continental ou global.

Essas duas correntes estão interligadas e alimentam-se mutuamente. As implicações espaciais consistem em uma forte tendência à aglomeração das atividades pertinentes nas grandes cidades. Essa dinâmica do crescimento urbano baseia-se, sobretudo, nas necessidades de locação ou nas preferências das empresas, ao passo que o crescimento urbano, em países menos desenvolvidos, resulta principalmente no crescimento da população e especialmente da **imigração** {grifo nosso}. SASSEN (1998:72)

RAMOS (2003) destaca que, “nunca foi tão difícil circular pelo mundo e, que cada vez mais as políticas migratórias excluem e discriminam os indivíduos de acordo com os interesses específicos”. Desta forma, o fato dos migrantes serem ou não bem recebidos nos país receptor dependerá de vários aspectos intrínsecos a esse processo tais como, quais foram as vivências anteriores, da configuração do espaço que se conceituava como sendo o do lar, do motivo pelo qual se deixa esse espaço, de como são os sonhos e como foram elaboradas as expectativas, do quanto se está disposto a reelaborá-las, aceitando o novo. Além de outros aspectos como:

Sentir-se bem recebido depende da cidade pela qual se circulava, do quanto o indivíduo conhecia sua história e atribuía valores ou não aos espaços coletivos, de como concebia o sentido a cada passo que refazia nas ruas tão bem conhecidas. Depende do quanto o sujeito, muitas vezes, é considerado estrangeiro no próprio espaço que deveria lhe pertencer. Do quanto o espaço da cidade é para ele mais que objeto de consumo ou um espaço de direito independente de sua aparência física, sexo ou condição sócio-econômica. (RAMOS, 2003:28)

Neste íterim o papel das cidades receptoras é de fundamental importância para a inserção dos migrantes no novo lugar, numa relação tangível com a estrutura da cidade, e na dependência de quem são os destinatários dos serviços coletivos. Além disso, está vinculado ao quanto sua história pode ser um patrimônio universal e seu espaço se desvincular de ser mais um entre múltiplos objetos de consumo de uma sociedade capitalista.

Neste contexto, observa-se que num mundo em que as distâncias tornam-se cada vez menores, as informações rompem as barreiras do tempo e as pessoas circulam sem considerarem mais as fronteiras; em um mundo que se diz globalizado, em que se pensa numa ética universal, a questão da imigração não pode mais ser reduzida a uma questão meramente subjetiva. E nesta conjuntura, no que se refere à questão da imigração, RAMOS (2003:29), reitera que: “é preciso resgatá-la para a esfera pública, uma vez que não se trata apenas de sentir-se bem recebido ou do considerar que se recebe bem, mas de um questionamento de como se elaboram esses sentimentos, essas considerações e, principalmente, do quanto essa elaboração favorece políticas públicas, mascarando uma realidade de opressão e desprezo aos direitos do outro”.

Desse modo, o assunto das migrações internacionais e seus impactos no acesso ao direito às cidades e de uma forma intrínseca à habitação, em especial o caso da cidade de Curitiba – PR é o alvo de estudo deste artigo. E nesta direção, a pesquisa possibilitou avaliar o fenômeno da globalização na cidade de Curitiba, uma vez que se propõe a verificar no âmbito da habitação popular de Curitiba, se está de fato havendo migrações de latino-hispânicos, para Curitiba, motivadas pelo fenômeno da globalização. Entretanto, conforme se delineia no desenvolvimento da pesquisa científica que segue, e em consonância com as fontes levantadas, este fenômeno acabou por não se confirmar, observando assim, que não se registra a presença de imigrantes latino-hispânicos, ou melhor dizendo, do afluxo migratório de trabalhadores latino-hispânicos para Curitiba, impulsionado, especialmente do advento do Mercosul e intrinsecamente da globalização.

Em decorrência disso, o tema globalização que oportunamente está correlacionado e imbricado com a questão das migrações internacionais, bem como

suas conseqüências nas relações espaciais e territoriais das cidades, convergindo para os conceitos de *horizontalidades* e *verticalidades*, que estão sendo explicados e utilizados para discutir criticamente sobre a questão dos impactos ocorridos no entorno e para as famílias que ali residiam, devido à instalação de uma grande empresa transnacional em determinada região de Curitiba, estão sendo abordados e debatidos neste artigo. Além disso, há abordagem de outros temas correlatos a estes, como o atual panorama e a crise no âmbito da habitação que o Brasil vem apresentando, bem como, outro assunto que está intimamente relacionado ao tema central da globalização que se pode destacar é a pesquisa sobre os Acordos de Cooperação Técnica Internacional mantidos pelo IPPUC (Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbana de Curitiba), com outros países/cidades, no que se refere ao intercâmbio de *know how*, no âmbito do planejamento urbano, meio ambiente e transporte.

Para investigar este contexto, foi realizada entrevista semi-estruturada com representante da área de Relações Internacionais do referido órgão público, com o sentido de levantar as principais demandas internacionais postas a esta área de atuação do poder público nos últimos anos. Outrossim, foi realizada outra pesquisa qualitativa, através da mesma técnica de entrevista, para captar a experiência de uma representante da Companhia de Habitação Popular de Curitiba, através de seu acúmulo profissional e pessoal, no que tange a questão da inclusão social de imigrantes latino-hispânicos na cidade, com ênfase no aspecto moradia/habitação e inclusão social.

O artigo foi estruturado baseando-se e circunscrevendo-se no método Materialismo Histórico Dialético, através das técnicas de pesquisa tais como pesquisa/revisão bibliográfica e documental, entrevistas qualitativas e levantamento de dados quantitativos. Há lugar de destaque para a apresentação de dados estatísticos e indicadores que demonstram os índices de densidade habitacional por domicílio e índice habitacional no Brasil, trabalhadores no MERCOSUL e migrações no continente latino.

CRISE HABITACIONAL NO BRASIL

Não há como negar que morar é uma das necessidades básicas do cidadão, pois não há como viver sem ocupar espaço. Utilizando uma exemplificação um tanto quanto

extrema, podemos observar o caso dos moradores de rua, pois não havendo a possibilidade de moradia tradicional, devido a uma diversidade de motivos próprios de cada um, resta à pessoa viver pelas ruas, exposta às condições desfavoráveis no tocante à qualidade de vida, como por exemplo, condições climáticas de frio, chuva, calor, situações de insegurança e violência, dificuldades para praticar higiene pessoal, etc. Baseado nisso, podemos afirmar que as principais funções da moradia são: servir de abrigo – um local para dormir, para ter privacidade, fazer as refeições, a higiene pessoal, relacionar-se com os familiares, enfim um ambiente doméstico. O ambiente doméstico também pode servir como local onde se produz algo que se transforma em fonte principal de renda para garantir a subsistência, ou para a complementação da renda familiar.

A moradia também tem fundamental importância no aspecto do acesso a bens e serviços, que pode ser fator determinante para a qualidade de vida. O lugar que a pessoa escolhe para morar pode ser um local cuja região já conta com infra-estrutura organizada, rede de serviços e estabelecimentos comerciais no entorno, equipamentos de saúde e educacionais nas proximidades, associações de moradores instituídas, etc. Todavia, este lugar também pode ser numa região que ainda apresenta o desenvolvimento urbano e comercial de forma incipiente ou inexistente, acarretando em maiores dificuldades para alcance de serviços, aquisição de alimentação, vestuário, medicamentos, etc, o que pode comprometer a qualidade de vida.

Em se tratando de tipos de domicílio podemos dizer que diferem entre si em tamanho, estado de conservação, tipo de material utilizado para construção, acabamento, acesso à iluminação, formas de abastecimento ou destino de esgoto, água, lixo, entre outros atributos da moradia. Basta viajar para várias cidades do Brasil e circular pelos diversos bairros e ruas, para nos depararmos com uma realidade que denota um enorme contraste habitacional, no qual de um lado percebemos moradias de alto padrão de qualidade e por outro lado, que se constitui da maioria, percebemos a existência massiva de moradias com desfavorável ou precária condição de habitabilidade. As regiões das cidades que concentram aglomerados urbanos, cujas moradias em sua maioria apresentam precárias condições de habitabilidade, além de serem compostas em sua maioria por habitações cujas famílias moradoras ocuparam a

área irregularmente de forma não autorizada e não detém a propriedade do terreno, são comumente chamadas e denominadas pelo senso comum como favelas, ou como invasões, especialmente nas grandes cidades. Isso é o reflexo do panorama brasileiro de desigualdade na distribuição de renda, onde a riqueza está concentrada nas mãos de poucos.

Pelo que constatamos ao circular pelas cidades do país, ou pelo que se vê veiculado na grande mídia, fica evidente que o Brasil sofre de uma complexa crise habitacional, tanto nos grandes centros, como nas regiões onde o fluxo de capital é menor. Nas grandes cidades, esta crise é observada na periferia e também nas regiões centrais deterioradas.

Desde a década de 1990, a situação tornou-se ainda mais perversa e complexa, com o aumento do desemprego, o empobrecimento da classe trabalhadora, a especulação imobiliária, a carência de investimentos públicos que resultam na falta de uma política habitacional voltada para garantir moradia para as famílias de baixa renda que não a possuem e melhorar as condições das já existentes. Todo esse cenário acentua o quadro de exclusão social presente no país, uma vez que se não houver subsídios públicos na política pública da habitação, e conseqüentemente investimentos em programas de moradia popular, de que forma uma família que sobrevive mensalmente com uma renda de 01 salário mínimo pode ter condições de pagar uma prestação mensal de moradia? Esta dificuldade no alcance do acesso a política pública da habitação, ou mesmo de aquisição de moradia no mercado imobiliário privado, devido renda insuficiente ou até mesmo por inexistência de renda, devido ao desemprego e/ou arranjos informais e esporádicos de obtenção de renda, acaba levando muitas famílias a buscar moradia em áreas de ocupação irregular e/ou assentamentos precários, em alguns casos se expondo aos riscos de insalubridade, periculosidade, violência, subalternidade, etc.

Podemos exemplificar este cenário de exclusão habitacional, citando o caso das famílias que ocupam a faixa não edificável de beiras de rios, estando sujeitas a enchentes inesperadas. Também cabe citar os casos de famílias que correm riscos de confrontos policiais, ou mesmo com os proprietários ao ocuparem sem autorização áreas de propriedade particular, bem como áreas de domínio do poder público. Aqui

também se incluem as famílias que ocupam áreas de terreno pantanoso, áreas de preservação ambiental, aterros sanitários, morros em acentuado declive, etc, estando expostas aos mais diversos tipos de riscos à saúde e à integridade física e mental.

Geralmente as famílias que se encaixam na situação acima, são caracterizadas pelo fato de estarem em situação de vulnerabilidade social¹, cujos membros, apresentam carências múltiplas em seus vínculos internos e externos, apresentando um perfil sócio-familiar configurado de baixa ou nenhuma renda, dificuldades de inserção e/ou recolocação no mercado de trabalho, baixa ou nenhuma escolaridade, problemas de saúde, dificuldades no âmbito da sociabilidade e psicossociais.

Diante destas dificuldades sócio-econômicas, acabam por não terem outra opção de moradia a não ser a opção de habitarem em áreas precárias e inadequadas das cidades, as quais apresentam condições ambientais e padrões de habitação (tipo de construção, número de cômodos) potencialmente desfavoráveis a uma condição de vida, que reflita melhores índices de qualidade de vida, podendo, muitas vezes a serem definidas como áreas de sub-habitabilidade². Além disso, são regiões que apresentam condições deficitárias de infra-estrutura básica, como na periodicidade no fornecimento da água, inexistência de saneamento básico, implantação de redes de esgoto, galerias de escoamento de águas pluviais, na iluminação pública, no transporte coletivo, na pavimentação das vias públicas secundárias e periféricas, na coleta de lixo, etc.

Outro fator agravante deste contexto, o qual emerge na dinâmica das inter-relações sociais circunscritas nos limites destas áreas e também nas inter-relações com o entorno, é a falta de segurança pública para minimizar a violência, tornando-se uma das principais reclamações da população que ali reside, passando a ser uma questão urbana colocada em lugar de destaque no âmbito das necessidades da comunidade.

Não obstante podemos observar que em muitas dessas áreas se propagam formas de submissão ao poder instituído de lideranças comunitárias diversas, formais ou informais, que podem exercer na comunidade, formas de exploração e subalternidade, considerando que geralmente a comunidade é composta por pessoas

¹ Vulnerabilidade social: condição que caracteriza a vivência de um período temporário ou a longo prazo, marcado por vicissitudes, escassez, fragilidades e/ou carências em diversos aspectos da vida.

² Sub-habitabilidade: Padrão de moradia configurado por precariedade e inadequação, no âmbito da salubridade e habitabilidade, podendo repercutir em riscos que levam a qualidade de vida desfavorável.

pobres e carentes, com dificuldade no acesso a informação e educação, que por sua vez sentem-se obrigadas a responder à liderança instituída, e assim evitam sofrer represálias nos mais diversos sentidos. Percebe-se também a ocorrência de lideranças que passam a intermediar a relação dos moradores com o poder público, com o objetivo de arrecadação financeira em prol de si própria, ou de satisfação de seus próprios interesses, mesmo que os serviços sejam prestados de forma gratuita pelo governo e pela rede de proteção social³. Aqui se enquadram os tipos conhecidos como atravessadores, especuladores e/ou negociadores de direitos de posse de moradia, que muitas vezes podem se utilizar, de formas de violência e coação para submeter à comunidade às suas vontades.

Também cabe ressaltar como característica marcante da dinâmica social e espacial, da vida comunitária das famílias que residem em áreas de ocupação irregular, a inexistência, insuficiência na capacidade de atendimento e/ou incipiência dos equipamentos públicos da esfera da saúde, educação, assistência social e segurança, dentre outros correlatos, bem como apresentam pequena oferta na diversidade de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. Desta forma, o nível de desenvolvimento urbano, medido pelo alcance a infra-estrutura urbana pode ser considerado como baixo, caracterizado pela baixa ou inexistente cobertura no atendimento das necessidades da população.

Em relação a esse cenário nacional, a seguir apresentamos alguns indicadores que demonstram os **índices de densidade habitacional por domicílio e índice habitacional no Brasil**; os quais refletem o panorama atual:

Segundo o Atlas da Exclusão Social, Pochmann (2005:84) apresenta que a maioria dos estados brasileiros (17) está acima da média nacional de habitantes por domicílio (3,6), o que leva à conclusão estatística de que são os estados populosos e com baixos índices de habitantes por domicílio que estão fazendo com que a média fique neste patamar; isto de fato se confirma, pois todos os estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste (à exceção do Mato Grosso) situam-se abaixo daquela média.

³ Rede de Proteção Social: rede de segurança social no âmbito sócio-assistencial, não contributiva, envolvendo serviços continuados, programas, projetos e benefícios destinados aos segmentos da população em situação de risco e vulnerabilidade social. A rede se realiza de modo direto (pela ação dos órgãos governamentais) e em parcerias.

As regiões que possuem a média acima de 4 habitantes por domicílio são o Norte (4,1) e o Nordeste (4,0). Já o Centro-Oeste possui 3,52, o Sudeste 3,42 e o Sul, com a menor taxa, 3,34. Os estados que se destacam nos extremos são o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul com 3,2 habitantes por domicílio e Amapá, com 4,8.

Apesar de possuir os maiores índices, a região Norte é a menos populosa, com 10,1 milhões de habitantes, seguida pelo Centro-Oeste com 12,2, Sul 25,8, Nordeste 46,4 e Sudeste com 74,6 milhões de habitantes.

Ainda de acordo com o Atlas da Exclusão Social (2005:85) o índice habitacional confirma a desigualdade nas condições de moradia entre as regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste. Observa-se que todos os estados da região Nordeste ficaram abaixo do índice médio do Brasil (0,755). Os índices das regiões Nordeste (0,408) e Norte (0,590) situam-se muito aquém das registradas pelo Centro-Oeste (0,789), Sul (0,853) e Sudeste (0,876).

A região Sudeste é a que apresenta melhores índices, pois ocupa as duas primeiras posições do *ranking*. Os cinco melhores estados para morar são, em ordem decrescente: Rio de Janeiro (0,928), São Paulo (0,918), Distrito Federal (0,902), Santa Catarina (0,889) e Rio Grande do Sul (0,878). Já os cinco piores são: Maranhão (0,126), Piauí (0,135), Tocantins (0,394), Bahia (0,410) e Ceará (0,482).

PRINCIPAIS ASPECTOS DA POLÍTICA PÚBLICA DA HABITAÇÃO NO BRASIL

Nos anos 40 começou a intensificar-se no Brasil o crescimento demográfico e desenvolvimento elevado, que atraía para os grandes centros urbanos, um enorme contingente de migrantes em busca de emprego e da realização do sonho de melhoria vida.

Desta forma, COSTA e LIMA (2004:154) explicam que as pessoas que se dirigiam à capital, com esperança de melhores condições de vida, eram relegadas a se instalarem nas proximidades das fábricas ou de centros comerciais, isto quando conseguiam emprego, ou então ocupavam áreas caracterizadas como de mananciais e preservação ambiental, que até então não despertavam o interesse de especuladores e empresários da construção civil. Este processo estendeu-se até o início da década de 1960, quando se percebe um descontrole ainda mais intenso do uso e ocupação do

solo urbano, ocasionando uma intervenção mais incisiva por parte dos governantes na área habitacional.

Na vigência da ditadura militar, o Brasil vivenciou um momento de grande crescimento econômico com aumento na exportação de produtos nacionais, mas em contrapartida, a renda gerada continuava na mão de poucos. Para manter o regime ditatorial, o governo militar, baseado em ações de Estado de Bem Estar Social, dentre outras, fundou o Banco Nacional de Habitação que, através do Sistema Financeiro de Habitação, teve como princípios fomentar a construção civil e o mercado imobiliário, oferecendo moradias populares para famílias de baixa renda.

Nas décadas de 80 e 90, iniciou-se a crise do petróleo, a qual foi um dos principais motivos que proporcionou ao país passar por significativa estagnação e crise econômica, incidindo diretamente na grande escala de desemprego e formas precárias de contrato de trabalho. Estas condições foram determinantes para o desmonte de políticas públicas de uma forma geral, inclusive a moradia, permanecendo até os dias de hoje a inabilidade do poder constituído, em pensar urbanisticamente a questão, considerando as peculiaridades de cada local.

Diante deste quadro que foi se agravando com o passar dos anos, COSTA e LIMA (2004:155) expressa que a sociedade civil juntamente com outras lideranças, inclusive o Movimento Nacional de Luta pela Reforma Urbana propuseram dois elementos importantes para um novo direcionamento da política da habitação: o planejamento e a participação. É nestas bases, que em 2001 aprova-se o Estatuto da Cidade, prevendo instrumentos que garantem a democratização do direito à cidade.

Segundo dados do IBGE, de 2000, apontam que o Brasil em relação aos países desenvolvidos apresenta uma população de 82 % residindo no meio urbano, com renda per capita de apenas US\$ 3,105. Já outros países desenvolvidos como a Alemanha, a qual apresenta um percentual de 85,00 % da população residindo no meio urbano, com uma renda per capita de US\$ 26,570, e os EUA apresentam um percentual de 75,00 % da população residindo no meio urbano, com uma renda per capita de US\$ 29,240. Estes dados demonstram o abismo social existente em termos de qualidade de vida, haja vista que a diferença com os países desenvolvidos é grande.

POLÍTICA HABITACIONAL NO PARANÁ

Com relação ao déficit habitacional no Paraná, fazemos uso dos dados levantados pela Fundação João Pinheiro no ano 2000 e apresentados por ROMANELLI (2006) ex – presidente da COHAPAR, apontando que este déficit é de 260 mil moradias, o equivalente a 9,8 % do total do Estado. Destaca-se o grave fato de que 85% dessa demanda concentram-se na faixa de até três salários mínimos, justamente a que tem mais dificuldade de acesso aos financiamentos oferecidos pelo mercado imobiliário. Dentro deste índice, inclui-se aquelas situações de sub-habitação e inclui as pessoas que estão morando de aluguel. A maior concentração de déficit habitacional está nas famílias com renda de até 03 salários mínimos e que apresentam pouca ou nenhuma capacidade de pagamento. Já as famílias que contam com apenas 01 salário mínimo e/ou subsistem de programas sociais não apresentam nenhuma capacidade de pagamento.

POLÍTICA HABITACIONAL PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CURITIBA: A COHAB-CURITIBA

A Companhia de Habitação Popular de Curitiba – COHAB-CT – é responsável pela condução da política habitacional do município. É uma empresa de economia mista que tem como acionista majoritário a Prefeitura de Curitiba.

Fundada em maio de 1965, para atuar como agente do então recém-criado Sistema Financeiro da Habitação (SFH), a Cohab Curitiba ganhou abrangência regional, estendendo sua ação à Região Metropolitana de Curitiba e ao município de Paranaguá, no litoral do Estado.

Na década de 80, a Companhia se destacou pela concepção de seus projetos, que priorizavam a ocupação de vazios urbanos. Nesta época, dominavam os conjuntos padronizados e a Cohab inovou criando núcleos diversificados, que mesclavam casas e apartamentos e procuravam reproduzir a paisagem de um bairro que se forma naturalmente.

Nos anos 90, no entanto, as verbas do SFH começaram a sofrer restrições de liberação pelo governo federal e a Cohab começou a procurar alternativas para financiar a sua atuação e garantir o atendimento à demanda.

Foi neste período que surgiu o Fundo Municipal de Habitação (FMH), gerenciado pela Companhia e mantido por recursos gerados no próprio município. A principal receita do FMH é o mecanismo do solo criado, que prevê a concessão em determinadas regiões da cidade, de potencial construtivo adicional, mediante pagamento.

Esta experiência, então inédita, motivou convites para a Companhia assessorar a criação e gestão de fundos habitacionais em outros municípios, como Araucária, Colombo e São José dos Pinhais, na Região Metropolitana, além de cidades localizadas em outros Estados.

Atualmente a Cohab está trabalhando na produção de loteamentos populares, com recursos próprios ou em parceria com a iniciativa privada, destinadas ao atendimento da fila. Outra linha de atuação é a parceria com a Caixa Econômica Federal para construção de apartamentos pelo Programa de Arrendamento Residencial (PAR).

O Programa Moro Aqui, de intervenção em ocupações irregulares, atende um outro segmento da clientela da Companhia. Neste caso, a atuação inclui a regularização e urbanização das áreas, quando não há impedimentos técnicos nem legais para a permanência das famílias no local ocupado. Nas áreas em que esta solução não é possível porque os moradores enfrentam situações de risco ou insalubridade, acontece a relocação das famílias para loteamentos regulares.

Desde que foi criada, a Cohab atendeu, em seus diversos programas de atuação, 110 mil famílias, beneficiando cerca de 450 mil pessoas ou o equivalente à população de uma cidade do tamanho de Londrina, a segunda maior do Paraná.

CONSEQUÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO NAS RELAÇÕES ESPACIAIS E TERRITORIAIS

Ao abordar a questão habitação, fica difícil não conectar o assunto à questão das relações espaciais manifestadas nos mais diversos territórios dos países, pois “não podemos pensar o lugar sem pensar o mundo”. De acordo com a obra do Professor Milton Santos (1926-2001), estudioso brasileiro da área da Geografia e da Sociologia Regional e Urbana, os processos territoriais estão marcados por um conflito sócio-espacial contemporâneo. Este conflito acaba por demandar algumas problemáticas na geografia humana diante da emergência dos mapas do “sistema mundo”, o qual é impulsionado pelas tensões geradas pelo processo de globalização.

Ainda se reportando ao processo de globalização, este autor, destaca que este processo expressa resistências sociais territorializadas delineadas por um conflito sócio-espacial que pode, potencialmente, possibilitar a emergência de rupturas com a “via única neoliberal”, reforçada por uma possível ação contra-hegemônica dos excluídos que estão sendo deixados a margem deste novo modelo globalizado.

Neste contexto, BOCAYUVA (2006), nos ajuda a entender como a questão da habitação se delinea no âmbito da sociedade, destacando que não podemos deixar de relacioná-la e condicioná-la ao conceito de “lugar”, cujo significado é construído pela sociedade humana, uma vez que é através da apropriação do lugar pela sociedade, que passam a ocorrer interações entre os sistemas de objetos e sistemas de ações, favorecendo um entrelaçamento contínuo que permite a construção das categorias geográficas na perspectiva das mudanças históricas que configuram o espaço habitado.

Por isso, podemos dizer que o espaço habitado também faz parte de um mundo dominado pelos objetos, sem deixar de ter um caráter social. Para SANTOS (2006), abordado em BOCAYUVA (2006), “a síntese da artificialidade do mundo dominado pelos objetos se torna um conjunto de relações entre dinâmicas de fixos e fluxos que sinalizam e demarcam as estruturas espaço-tempo”. E desta forma no entendimento do autor:

O meio técnico-informacional e comunicacional com seus objetos técnicos, controla os fluxos dominantes e define as estratégias de apropriação dos fixos. Os objetos materiais e imateriais, os sistemas de produção e os sistemas de informação são articulados enquanto um “sistema único”. As ações racionais e funcionais fluem, sob um comando vertical, ordenando a divisão sócio-espacial do trabalho. A intencionalidade dos sujeitos que comandam esse ritmo rápido da

produção mercantil e simbólica, impacta os modos de vida da grande maioria da humanidade, cuja ação temporal aparece como a manifestação da resistência aos processos hegemônicos”. (SANTOS, 2006 apud BOCAJUVA, 2006:1).

No tocante às conseqüências que o processo de globalização vem trazendo ao mundo, percebe-se através da análise do autor que os sistemas territorializados pelas ações racionalizadoras da via única acabam por reorganizar o espaço para fins funcionais da valorização dos capitais produzindo novas diferenciações regionais e desigualdades, através da permeabilidade na sociedade das forças produtivas sociais e do sistema das relações de produção capitalistas. Mais especificamente podemos explicitar que o domínio do fazer sobre o reger, no mundo da globalização do capital, rompe com o sentido de solidariedade orgânica que informa os processos históricos das formações regionais e das formações urbanas. Trazendo para o concreto, observamos este domínio no espaço agrário que se modela e adapta aos processos de modernização mercantil técnico-informacional e as cidades são atravessadas por processos de apartação social. Diante deste quadro, o novo meio geográfico produz a perda de capacidade de comando próprio dos lugares, dos subespaços e acaba por esvaziar o sentido etimológico da palavra região.

Neste sentido, SANTOS (2006), ressalta que esse atravessamento das ações dominantes dos sistemas de objetos, marcados pela racionalidade global, deveria ser avaliado pelos recortes espaciais da tensão entre *verticalidades* e *horizontalidades*, com o intuito de oferecer conceitos para explicar e interpretar a dinâmica sócio-espacial através de categorias que decifram o espaço habitado do mundo contemporâneo, sendo que:

As verticalidades podem ser definidas, no território, como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos. Para o autor, esse espaço de fluxos, seria, na realidade, um subsistema dentro da totalidade-espaço, já que para os efeitos dos respectivos atores o que conta é, sobretudo, esse conjunto de pontos adequados às tarefas produtivas hegemônicas, características das atividades econômicas que comandam este período histórico. Também aponta que as verticalidades se caracterizam por serem os pontos descontínuos, que mesmo separados, asseguram as dinâmicas globais da economia e da sociedade. Já as horizontalidades são definidas pelos espaços e pontos contínuos no espaço como ocorre nas relações que constituem

o referencial clássico da região. O autor continua elucidando que há uma tensão patente entre as *verticalidades* e *horizontalidades*, e que na sua inseparabilidade, o espaço se constitui por esses recortes que hoje são lidos dentro da temática das relações em rede. Os fluxos das redes globais atravessam e organizam os pontos do território nas suas diferentes escalas.

Neste contexto, a horizontalidade dos sistemas localizados de produção, das cooperações de vizinhança, do mundo cotidiano e dos lugares, assim como do mundo agrário, são atravessadas e compostas na sua interação e conflito com as verticalidades de consumo, de fluxos globais, de informação e de comando com suas lógicas extensivas. Segundo Milton Santos (2006), “a informação, sobretudo a serviço das forças econômicas hegemônicas e a serviço do Estado, é a grande regedora das ações definidoras das novas relações espaciais. Um incessante processo de entropia desfaz e refaz contornos e conteúdos dos subespaços a partir das forças dominantes”.

Por conseguinte, no que se refere às tensões entre as verticalidades e horizontalidades e as conseqüências de uma em correlação com a outra, podemos abordar um exemplo concreto ocorrido na cidade de Curitiba – PR no ano de 2004. Com a instalação de um grande *Shopping Center*, em uma determinada área da cidade, o que podemos caracterizar como um processo de verticalidade passou a ocorrer diversos processos de transformações significativos na região do entorno deste shopping, tanto no âmbito da habitação, como no planejamento urbano, na infraestrutura, na caracterização e diversidade dos estabelecimentos comerciais, entre outros.

A região em questão, antes da construção do shopping era tida como uma região residencial, que contava com uma rede de estabelecimentos comerciais de pequeno a médio porte, em especial aqueles tidos como de propriedade familiar. Todavia, ao longo de dois anos após a abertura do *shopping center*, observou-se a emergência e implantação de outras empresas comerciais e de prestação de serviços de grande porte nos arredores, as quais aproveitam o deslocamento dos consumidores até o shopping para atraí-los, uma vez que, instalaram-se no percurso para o shopping, satisfazendo uma lógica que atende aos interesses mercantilistas e que se favorece da realidade

circundante existente, para também vender seus produtos e serviços, fazendo submergir ou substituindo o comércio local que ali existia.

Trazendo para o enfoque da habitação, constatamos que a construção deste shopping ocorreu exatamente ao lado de uma área de ocupação irregular, situada às margens de um rio ali existente. Em face das transformações urbanísticas que a região estava sofrendo devido à instalação do shopping, no sentido de alterações no sistema viário para facilitar o acesso ao *shopping*, surgiu a necessidade de construção de uma ponte sobre este rio, a qual também serviria como uma rua para saída de veículos do *shopping*.

E, neste sentido houve a necessidade de desmanche das casas ali existentes, e conseqüentemente relocação⁴ das famílias que nelas residiam, para outras áreas da cidade, através de convênio entre o poder público municipal em parceria com a Cohab – Companhia de Habitação de Curitiba, e o *Shopping*, para realização deste trabalho, que demandou grande esforço de convencimento destas famílias, as quais se mostravam resistentes à mudança de local de moradia, alegando que com a instalação do shopping, a região passaria a ficar mais valorizada nos mais diversos aspectos, aumentando suas possibilidades de oportunidades de melhoria de vida, o que não ocorria até então, apesar do empenho destas famílias em solicitar providências e obras de contenção das enchentes do rio, que por tantos anos lhes assolou.

Desta maneira, o processo de instalação do *shopping*, que podemos chamar de uma *verticalidade*, trouxe um processo de *horizontalidades* à região, e por conseqüência aos moradores do entorno circundante. Podemos concluir que para alguns destes moradores está sendo um processo positivo, que alavanca o desenvolvimento urbano, mas para outros (geralmente os mais pobres) passou a ser um processo negativo marcado pela exclusão e marginalização, que acentua as diferenças sociais.

Não obstante, pode-se avaliar qualitativamente que o processo de instalação deste *shopping center* é um processo vertical e nessa medida caracterizamos este fato

⁴ Relocação: Procedimento que contempla a transferência de famílias e em alguns casos de suas casas, para que passem a residir em outras áreas da cidade, próximas ou distantes do local que moravam. Este procedimento geralmente é promovido pelo Poder Público em parceria com as Companhias de Habitação, em áreas de ocupação irregular e/ou de risco.

a luz das palavras de SANTOS (2006) que escreveu o seguinte ao analisar a ocorrência de uma *verticalidade*, como sendo um processo "dependente e alienador, já que as decisões essenciais concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes". Neste sentido, também pondera que:..."a tendência é a prevalência dos interesses corporativos sobre os interesses públicos, quanto à evolução do território, da economia e das sociedades locais, (...) pois deixa a construção do destino de uma área entregue aos interesses privatísticos de uma empresa, que não tem compromissos com a sociedade local".

No que se refere à situação acima descrita, o autor continua enfatizando que:

Instalam-se forças centrífugas certamente determinantes, com maior ou menor força, do conjunto dos comportamentos. E, em certos casos, quando conseguem contagiar o todo ou a maioria do corpo produtivo, tais forças centrífugas são, ao mesmo tempo, determinantes e dominantes. Tal dominância é também portadora da racionalidade hegemônica e cujo poder de contágio facilita a busca de uma unificação e de uma homogeneização. (SANTOS, 2006: 107)

E, SANTOS (2006:107), continua analisando qualitativamente as conseqüências e os reflexos que as *verticalidades* causam nas cidades: "as frações do território que constituem esse espaço de fluxos constituem o reino do tempo real, subordinando-se a um relógio universal, aferido pela temporalidade globalizada das empresas hegemônicas presentes." (...) "O modelo hegemônico é planejado para ser em sua ação individual, indiferente a seu entorno. Mas este de algum modo se opõe à plenitude dessa hegemonia". Assim, as *verticalidades* são portadoras de uma ordem implacável, à medida que os espaços "escolhidos" se tornam alienados, e podem ser vistos apenas como um recurso, justamente a partir do uso pragmático que o equipamento modernizado de pontos escolhidos assegura, cuja lógica mercantilista adotada é multiplicada e potencializada a partir da globalização. No entanto, caso o território escolhido passe a não possibilitar os lucros e benefícios planejados de forma satisfatória, para as corporações ali instaladas, está devidamente claro, que este fato pode levar a sua migração daquela região.

IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO PARA AS CIDADES

Para compreender o processo atual de transformações das cidades no terceiro milênio é necessário ligá-lo ao processo de globalização, uma vez que as cidades são

os cenários onde se processam e se impõe a nova economia global, que trás consigo, a era da informação. Ademais a era da informação está introduzindo uma nova forma urbana, a cidade informacional.

De acordo com CASTELLS (2006), a cidade informacional não é uma forma, mas um processo, um processo caracterizado pelo predomínio estrutural do espaço de fluxos, por causa da natureza da nova sociedade baseada em conhecimento, organizada em torno de redes e parcialmente formada de fluxos. O autor continua elucidando que a economia global/informacional é organizada em torno de centros de controle e comando capazes de coordenar, inovar e gerenciar as atividades interligadas das redes de empresas. Assim, as cidades passaram a ter um papel estratégico como sustentação ao processo de globalização. E para reforçar esta constatação, SASKIA SASSEN, afirma que:

A combinação de dispersão espacial e integração global criaram novo papel estratégico para as principais cidades. Além de sua longa história como centros de comércio e atividades bancárias internacionais, essas cidades agora funcionam em quatro novas formas: primeira, como pontos de comando altamente concentrados na organização da economia mundial; segunda, como localizações-chaves para empresas financeiras e de serviços especializados...; terceira, como locais de produção, inclusive a produção de inovação nesses importantes setores; e quarta, como mercados para os produtos e as inovações produzidas. (SASSEN, 1991 apud CASTELLS, 2006: 474)

Analisando o processo de globalização de uma forma a constatar os avanços e retrocessos por ela trazidos para a sociedade, podemos adotar a opinião de BARROS (apud MENDONÇA, 2004: 259), ao avaliar que: “esse processo, conhecido como *globalização*, ao mesmo tempo em que oferece possibilidades inovadoras de melhorar a qualidade de vida das pessoas, também impõe limites perversos entre os grupos sociais que poderão consumir mais e os que deverão consumir menos. Além dos seus resultados previsíveis, esse processo também possibilita a ocorrência de vários outros não planejados, mas igualmente importantes”.

Outra avaliação de BARROS (apud MENDONÇA, 2004: 259), ao analisar criticamente o processo de globalização, pontuando que: “ao mesmo tempo em que a expansão da industrialização amplia as manchas urbanas, deslocando e concentrando homens e mulheres, também desloca seu poder sobre lugares cada vez mais distantes, provocando inclusive a perda da nitidez entre os limites entre o rural e o urbano e até mesmo entre os limites nacionais”.

Retornamos a utilizar as idéias de CASTELLS (2006) referindo-se ao fenômeno da cidade global é um processo que conecta serviços avançados, centros produtores e mercados em uma rede global com intensidade diferente e em diferente escala, dependendo da relativa importância das atividades localizadas em cada área *vis-à-vis* a rede global. Em cada país a arquitetura de formação e redes reproduz-se em centros locais e regionais, de forma que o sistema todo fique interconectado em âmbito global. Neste sentido, o autor ainda pontua que a globalização estimula a regionalização.

A GLOBALIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS: O MERCOSUL

Outra forte tendência impulsionada pela globalização é a formação dos blocos econômicos entre países em diversos pontos ao redor do mundo. Ainda de acordo com o que diz CASTELLS (2006: 152), nas décadas de 1980 e 1990, a evolução do comércio internacional foi marcada pela tensão entre duas tendências evidentemente contraditórias: de um lado, a liberalização cada vez maior do comércio; de outro, uma série de projetos governamentais para a criação de blocos de comércio. A mais importante dessas áreas de comércio é a União Européia, mas a tendência óbvia da regionalização da economia mundial estava presente em outras áreas do mundo, como exemplifica o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), o MERCOSUL e a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC).

Fazendo um recorte situacional para o bloco econômico formado por países da América Latina, o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL. Este Mercado Comum implica na livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários, restrições não tarifárias à circulação de mercado de qualquer outra medida de efeito equivalente (MERCOSUL, 1992:6).

Analisando o MERCOSUL, de forma crítica, SANTOS nos apresenta suas impressões sobre isso:

O próprio MERCOSUL mantém, por enquanto, uma prática limitada ao comércio, e seu próprio projeto é menos abrangente quanto às relações sociais, culturais e políticas. Não há uma clara preocupação de buscar um desenvolvimento homogêneo e as iniciativas de investimento têm muito mais a ver com o crescimento do produto, isto é, com o florescimento de certo número de empresas voltadas para o comércio regional, das quais, aliás, algumas são igualmente inseridas no comércio mundial. Por outro lado, diferentemente do

caso europeu, as moedas são propriamente conversíveis, nem comunicáveis diretamente entre elas. Sua relação com o mundo é pobre, tanto quantitativa como qualitativamente, já que são moedas dependentes, cujo desvalimento aumenta face à globalização, constituindo um elemento a mais de agravamento de sua própria dependência. (SANTOS, 2006: 103)

A propósito deste acordo firmado entre os países da América Latina, proporcionando que a região que constitui hoje o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) caracterize-se, conforme declara SANT´ANA (2006:1), “como importante área de mobilidade laboral, tendo a migração internacional, especialmente a de origem européia, desempenhando um papel fundamental na formação sócio-econômica e cultural dos países signatários - do Tratado de Assunção”. Cabe frisar que até então os países signatários são Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e em recente adesão a Venezuela. Em correlação a isso, o autor também observa que “nas últimas décadas, observam-se significativas mudanças migratórias na região, entre os quais o aumento da mobilidade populacional entre os países limítrofes, crescimento do número de migrantes indocumentados e, especialmente, a expressiva emigração com destino à Europa e aos Estados Unidos”.

O MERCOSUL IMPULSIONANDO AS MIGRAÇÕES NA AMÉRICA LATINA

Com a assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, ocorre uma transformação nas relações entre os países signatários, principalmente no âmbito da mobilidade sócio-laboral, que passa a ser considerada sob um novo enfoque, o da livre circulação. Baseando-se nesta situação, é necessário entender os conceitos de migração e livre circulação de forma distinta social e juridicamente: o primeiro baseia-se na noção de fronteiras fechadas e no poder do Estado de controlar o ingresso de estrangeiros em seu território, já por sua vez, o segundo se associa à idéia de fronteiras abertas e à possibilidade dos cidadãos se deslocarem livremente no espaço integrado.

A livre circulação é um dos principais pressupostos que configura com clareza a existência de um processo de integração, porque afeta diretamente a vida do cidadão, e como conclui SANT´ANA (2006:1) “produz uma adesão imediata ao ideal integracionista, ao passo que a manutenção dos entraves à circulação provoca aversão a esse processo”. Tal processo de integração também comporta, como ressalta SANT´ANA (2006:1), “a liberdade de deslocamento a outro país por motivo de emprego

ou residência, igualdade de oportunidades e de tratamento com os nacionais e o reconhecimento de outros aspectos essenciais ao bem-estar do migrante, como o acesso à seguridade social e à escolaridade, a reunião de familiares, a remessa de lucros”.

Além do aspecto integracionista que o MERCOSUL trouxe à América Latina, que acaba impulsionando a livre circulação de cidadãos entre os países deste continente, principalmente de profissionais qualificados que está a serviço das grandes empresas, um outro aspecto importante a ser pontuado, recai sobre o fenômeno das migrações regionais na América Latina, em que se observa o deslocamento de pessoas/famílias que não estão necessariamente migrando para atender aos interesses do MERCOSUL, mas sim, estão em busca de melhores oportunidades de vida e rendimento, e principalmente, estão buscando melhores condições sócio-econômicas de sobrevivência.

Em relação a estatísticas referentes ao afluxo de trabalhadores procedentes do MERCOSUL, retratamos o seguinte panorama de acordo com o autor:

Os dados existentes no Ministério do Trabalho e Emprego revelam que os trabalhadores procedentes do MERCOSUL somam apenas 1.293 dos 41.401 legalmente autorizados a exercerem atividade profissional ou econômica no Brasil, no período de 1998 a setembro de 2000, o que representa pouco mais de 3% do contingente total. Os argentinos respondem por cerca de 87 % dos imigrantes oriundos do bloco. Músicos, artistas, esportistas e assemelhados são as categorias profissionais com maior participação (36,8 %); trata-se, portanto, de profissionais com contrato de trabalho temporário. Seguem-lhes diretores e gerentes de empresas (21,5%), técnicos e desenhistas técnicos (9,5%), engenheiros e arquitetos (3,6%) e outros grupos de profissionais qualificados. São Paulo (47,6%), Rio de Janeiro (19,5%) e Paraná (13,0 %) são os principais pontos de destino dessa força de trabalho. (SANT'ANA, 2006: 4)

A questão migratória tem sido alvo de reuniões de Ministros do Trabalho do MERCOSUL, Bolívia e Chile, que vêm seguidamente destacando a importância dessa temática para os países do bloco, no que tange a necessidade de respeito aos direitos do trabalho e da seguridade social e o combate a atitudes xenófobas e discriminatórias. Ademais, as preocupações com a garantia à proteção trabalhista e social dos imigrantes e seus dependentes, deveria transcender o conceito e o espaço da integração, alcançando indistintamente todos os imigrantes estrangeiros, estando eles em situação regular ou irregular no país para o qual imigraram. Em consonância a isso, as constituições dos Estados Partes do MERCOSUL proclamam o princípio da

igualdade de tratamento a trabalhadores estrangeiros, e os países também se obrigam a garantir tratamento igualitário aos imigrantes por força da adesão a tratados internacionais e, em especial, às convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

A despeito disso, essas preocupações materializam-se em declarações de compromisso que figuram em vários atos do MERCOSUL, dentre os quais vale citar, devido seu alcance político e prático:

- a) A Declaração Sociolaboral do MERCOSUL, firmada pelos Presidentes dos Estados partes em 10 de dezembro de 1998, no Rio de Janeiro, cujo art. 4º afirma:

Todos os trabalhadores migrantes, independentemente de sua nacionalidade, têm direito à ajuda, informação, proteção e igualdade de direitos e condições de trabalho reconhecidos aos nacionais do país em que estiverem exercendo suas atividades.

Os Estados partes comprometem-se a adotar medidas tendentes ao estabelecimento de normas e procedimentos comuns relativos à circulação dos trabalhadores nas zonas de fronteira e a levar a cabo as ações necessárias para melhorar as oportunidades de emprego e as condições de trabalho e de vida destes trabalhadores.

- b) O Acordo Multilateral de Seguridade Social do MERCOSUL, subscrito em Montevideu, em 14 de dezembro de 1997, que visa garantir aos trabalhadores e familiares o acesso às prestações da seguridade social nas condições proporcionadas aos nacionais do país em que se encontrem. O instrumento tramita nos parlamentos nacionais para ratificação, o que já ocorreu no Uruguai.

O BRASIL NA ROTA DAS MIGRAÇÕES LATINO-AMERICANAS

Reportando-se ao caso do Brasil no contexto das migrações internacionais da América Latina, podemos fazer citar BAENINGER, quando esclarece o que segue:

No cenário dos movimentos internacionais, na América Latina e Caribe, o Brasil concentra o quarto maior estoque desses estrangeiros (118.525 pessoas, ao redor dos anos 90), contra 181273 brasileiros residentes nos países da região. Embora o número de emigrantes supere o de imigrantes, ao se examinar os destinos desses emigrantes pode-se apreender que se trata de situações heterogêneas, revelando, desse modo, as atuais modalidades das migrações latino-americanas de e para o Brasil. (BAENINGER, 2006:1).

BAENINGER (2006), também aponta que a evolução dos estoques de brasileiros nos países da região indica, principalmente a partir de 1980, uma nova situação do Brasil no contexto regional. O estoque de brasileiros na Argentina de 1960 a 1991 vem diminuindo (de 48 mil para 33 mil pessoas, respectivamente), ao passo que o de argentinos no Brasil vem se elevando (de 15 mil para 25 mil pessoas, nesses quarenta anos). Esse mesmo fenômeno vem ocorrendo também com o Uruguai, onde o número de brasileiros tem se estabilizado desde 1975 (em torno de 14 mil pessoas), enquanto que de 11 mil uruguaios no Brasil, em 1960, passou-se para 22 mil em 1991; com o Peru, de três mil brasileiros em 1972 para 2,5 mil, em 1993, sendo que havia 2,5 mil peruanos aqui, em 1960, alcançando 5,8 mil, em 1991; e, com a Colômbia, que chegou a registrar 2,3 mil brasileiros, em 1960, baixando para 1,4 mil, em 1993, registrando o Brasil com dois mil colombianos, em 1991, contra os 685, de 1960.

Nesta perspectiva, BAENINGER (2006), também constata que em relação ao Chile e a Bolívia, o Brasil sempre apresentou maior estoque desses estrangeiros do que eles de brasileiros, embora em patamares bastante baixos. Os anos 70 consolidaram essa tendência, com o enorme aumento de chilenos no Brasil (de 1,4 mil, em 1960, para 17,8 mil em 1980, elevando-se para 20,4 mil, em 1991) e o incremento no estoque de bolivianos (de 8 mil, em 1960, para 15,6 mil, em 1991).

Não podendo deixar de considerar o caso do Paraguai em relação ao Brasil, BAENINGER (2006), aborda que se com os outros países citados acima, o Brasil reverteu sua tendência de evasão populacional ou transformou-se em área de atração migratória nos anos 70, com o Paraguai vem fortalecendo, a partir de então, seu processo emigratório. Em 1960 havia cerca de 34 mil brasileiros em terras paraguaias, volume que se elevou para 98,8 mil, em 1980, chegando a 107 mil, em 1990; já o contingente de população do Paraguai no Brasil era de 19 mil pessoas em 1991. Embora seja um volume bem inferior ao dos brasileiros lá, o estoque de paraguaios no

Brasil ocupa a terceira posição (juntamente com o Chile) no conjunto dos estrangeiros latino-americanos no país.

Neste contexto, podemos afirmar que o Brasil vem se caracterizando como área de recepção crescente em primeiro lugar pelos argentinos, seguidos pelos uruguaios, chilenos, paraguaios e bolivianos.

DIFICULDADES E FACILIDADES NO ÂMBITO DA INSERÇÃO DE LATINOS IMIGRANTES NA CIDADE E HABITAÇÃO, SOB O PRISMA DE UMA IMIGRANTE LATINO-HISPÂNICA

De acordo com entrevista realizada em 14/11/06 com uma imigrante uruguaia que passou a residir em Curitiba – PR, há cerca de 18 (dezoito) anos, chamada Mariangeles Garcia, que atualmente integra a coordenadoria de programas habitacionais da Cohab Curitiba, na seqüência passamos a relatar acerca das dificuldades e facilidades encontradas por ela e sua família, no processo de transferência para Curitiba – PR, e desta forma conseguimos levantar as seguintes opiniões qualitativas relativas à sua experiência de vida:

“Há dois tipos de situação de imigração para o Brasil, tem aquela em que a pessoa migra tendo dinheiro, ou já vem com emprego arranjado e toda a estrutura necessária organizada. Alguns desses se mudam com dinheiro para investir em negócios ou empresas no país, e neste caso, seu visto de permanência acaba saindo num prazo menor. Pode-se dizer que estes são os incluídos. Mas tem, o outro tipo de situação, ou seja, o caso dos excluídos, que são aquelas pessoas que migram, sem ter estrutura financeira para arcar com todos os custos intrínsecos à transferência de país, e sequer tem emprego arranjado, que geralmente se mudam para tentar uma vida melhor no outro país, e acabam ficando ilegais”. (Mariangeles Garcia, 14/11/2006)

Em relação à questão do acesso à moradia, a entrevistada expressou que na época em que se mudou para Curitiba na companhia de seu esposo, teve que alugar um imóvel diretamente com o proprietário, pois as imobiliárias não o faziam para estrangeiros, além de ter que realizar um depósito antecipado num valor superior ao que geralmente a proprietária praticava para alugar o imóvel para brasileiros, todavia a entrevistada necessitava garantir a locação do imóvel, e assim o fez.

Apontando para fatos recentes que denotam as dificuldades no acesso à moradia, a entrevistada expõe que, no final do ano de 2006, a família de sua irmã mais

nova estará se mudando do Uruguai para Curitiba, e neste caso a entrevistada teve que ser a fiadora dela na imobiliária, além de ter que pagar o seguro fiança antecipadamente à entrega do imóvel no valor de R\$ 3.000,00, além de ter que adquirir um título de capitalização. Outra dificuldade de cunho financeiro que a família de sua irmã vai encontrar no processo de imigração é o custo das taxas e registros das guias de recolhimento da União, em se tratando da documentação necessária para legalizar-se no Brasil, considerando que se trata de uma família cuja composição familiar é de 08 (oito) integrantes, e assim como é uma família com vários componentes, no total acaba ficando caro, especialmente para uma família de baixa renda. Este fato pode levar muitas famílias a protelar esta exigência, até conseguirem verba para tanto.

Outra dificuldade que a entrevistada apontou é a questão da contratação de energia elétrica, água e condomínio, em seu nome, observando que à medida que o estrangeiro ainda não possui R.G e CPF, não consegue contratar o serviço em sua titularidade, tendo que constituir outra pessoa brasileira para ceder seu nome.

Segundo a entrevistada, um outro risco que o imigrante está exposto quando passa a morar em outro país é o fato de não conhecer a fundo as regiões perigosas da cidade receptora, no aspecto da violência e insegurança. Desse modo, a família que apresenta uma condição sócio-econômica de baixa renda, e opte por uma moradia adotando apenas o critério de preço baixo de aluguel, ou mesmo para compra do imóvel, sem ter noção do grau de violência a que está se expondo, pode correr o risco de ver-se morando num local onde ocorrem rotineiramente tiroteios, assaltos, crimes, etc.

Analisando as possibilidades de geração de emprego e renda, Mariangeles opina que se estrangeiro não estiver devidamente legalizado, já estando de posse de visto de permanência e/ou estando naturalizado, terá dificuldades no acesso a vagas de emprego, uma vez que dificilmente as empresas contratantes irão correr riscos de serem autuadas pelo Ministério do Trabalho, ou investigadas pela Polícia Federal, devido ao fato de estarem contratando trabalhadores imigrantes ilegais. Neste contexto, o estrangeiro acaba atuando no mercado informal, para garantir sua subsistência, realizando trabalhos como autônomo que não exijam documentação, às vezes eventuais, como exemplo vendas na rua, de porta em porta, etc.

No acesso à educação e à saúde pública, a entrevistada enfatiza que o estrangeiro não legalizado pode encontrar os mesmos entraves, pois de que forma pode solicitar um atendimento ou uma vaga se não conta com documentação pessoal exigida pelo país receptor? Para as crianças em idade escolar, pode representar um prejuízo no processo de aprendizado, uma vez que podem ficar um período sem freqüentar a escola, acarretando em atraso no rendimento escolar.

Reportando-se à questão do processo de legalização do estrangeiro, Mariangeles destaca que acha que o Brasil concede um prazo muito curto para permanência do mesmo como turista ou estudante, referindo-se ao prazo de 03 (três) meses apenas, podendo ser renovado para mais 03 (três) meses apenas. Ou seja, quando vencer o prazo máximo de 06 (seis) meses terá que voltar para o país de origem. Caso queira permanecer no Brasil, terá que dar início ao processo de tramitação da solicitação do visto de permanência, através da Polícia Federal, com o sentido de regularizar sua situação, o que pode demorar de 06 (seis) meses a 01 (um) ano, ainda havendo a possibilidade de o pedido ser indeferido. Durante este período de espera o estrangeiro fica como na ilegalidade. Isso também depende de haver consulado do país de origem na cidade, pois em não havendo necessita deslocar-se para uma cidade que tenha, para obter a certidão consular com qualificação completa, conforme é exigido pela Polícia Federal.

Neste contexto, a entrevistada conclui que as facilidades inerentes ao processo de imigração de latinos, para Curitiba, se configuram para aqueles que apresentam uma condição sócio-econômica favorável, ou seja, para os ricos, que possuem capital financeiro, bem como dispõem de uma estrutura, acesso à educação, à informação e qualificação profissional de forma a dar-lhes garantias sociais. São pessoas estão incluídas socialmente e que não necessitam depender dos mínimos sociais para sobreviver. Outra facilidade apontada por ela recai sobre os acordos de cooperação internacional entre os países, que no caso da América Latina se configuram, nos acordos promovidos para o MERCOSUL, no aspecto de possibilitar a livre circulação de pessoas entre os países que compõe o bloco, os quais podem trazer facilidades, no que se refere à mobilidade dos latino-americanos entre os países.

O PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

Em entrevista realizada no dia 13/11/06 com a arquiteta Priscila Tiboni, que atua na Assessoria Internacional do IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, atualmente o poder público municipal mantém projetos de cooperação técnica no âmbito do planejamento urbano com outros países, sendo que no momento estão concentrados no convênio de parceria com a República Dominicana. O principal interesse da República Dominicana recai sobre os projetos de parques urbanos.

A entrevistada também abordou que há um pedido de cooperação técnica da Nicarágua, a qual está solicitando uma parceria mais ampla, se referindo ao planejamento urbano como um todo, com enfoque no sistema viário e transporte.

Existem outros convênios mais antigos, como por exemplo, o convênio de cooperação técnica, chamado de Cidades Irmãs, no qual participam as cidades de Lisboa em Portugal e Lion na França. Receberam convite da cidade de Currientes na Argentina, sendo que os representantes realizaram duas visitas à Curitiba, porém não deram andamento ao processo.

Priscila destaca que a maior procura por acordos de cooperação técnica com o município de Curitiba, é da parte dos países asiáticos, principalmente da Coréia, sendo que os técnicos governamentais coreanos demonstram grande interesse no em conhecer o planejamento urbano de Curitiba, sendo que chegam com o assunto bastante estudado. Neste sentido, observa-se que a cidade de Seul, na Coréia, inspirou-se no transporte urbano curitibano para implantar o seu sistema de transporte, especialmente nas estações tubo. Além de Seul, a cidade de Bogotá na Colômbia também se inspirou no transporte urbano de Curitiba, considerando que foi implantado de forma bastante semelhante ao modelo de Curitiba, e neste contexto divulgam com grande frequência que o fizeram baseados em Curitiba – PR.

Desta forma, o IPPUC recebe muitas missões da Coréia, com o objetivo de conhecerem o formato do planejamento urbano de Curitiba, porém nos últimos dois anos, têm-se procurado estabelecer uma troca de experiências mais acentuada, ou seja, lhes é repassado a experiência curitibana, no entanto, solicita-se que também transmitam suas experiências nas cidades coreanas, através da organização de

workshops, nos quais os funcionários do IPPUC participam de forma interativa, perguntando e respondendo questões.

A entrevistada confirma que o produto em termos de desenvolvimento urbano mais procurado a nível internacional, é o transporte urbano, ou seja, é a grande vedete neste aspecto, em qual a URBS é acionada para expor. Também aponta que o Meio Ambiente é bastante requisitado.

Desta maneira, a entrevistada pontua que a Prefeitura Municipal de Curitiba/IPPUC estão se esforçando em grande medida para apresentar Curitiba em eventos, congressos, publicações a nível nacional e internacional, tanto que em junho de 2006, o planejamento urbano de Curitiba foi apresentado no 3º Fórum Urbano Mundial, ocorrido em Vancouver no Canadá. Neste fórum, foram apresentadas palestras sobre a experiência de Curitiba, cujos temas abordados foram: Plano, Processo e Resultado – A experiência de Curitiba, onde foram relatados os 40 anos de planejamento urbano e as ações que marcaram a cidade como cenário de encontros, diversidade e múltiplas culturas; o sistema de transporte, os parques, e os desafios para o futuro da Curitiba Metrópole.

Este fórum foi considerado como centro de diálogo do UN – HABITAT das Nações Unidas (ONU) para as discussões do crescimento sustentável da população mundial. O foco das discussões é a rápida urbanização do planeta e respostas para enfrentamento da questão, pois se estima que metade da população do mundo viva em cidades, mas a expectativa é que alcance dois terços, ou 6 bilhões, no ano de 2050.

Em se tratando do processo de globalização, mais especificamente no âmbito da atração de grandes empresas a nível internacional para Curitiba, cabe frisar que a Prefeitura Municipal conta com o trabalho da Secretaria Extraordinária de Relações Internacionais e Cerimonial – SERIC, na qual os pedidos e as negociações tramitam e são redistribuídos para andamento nas demais secretarias e órgãos relacionados à Prefeitura Municipal, dependendo da necessidade e especificidade. Geralmente, as empresas transnacionais analisam e selecionam algumas cidades brasileiras que teriam a possibilidade de sediá-las, e neste sentido a SERIC, entra na negociação tentando atraí-las para Curitiba, como foi o caso do HSBC.

CONCLUSÃO

O presente trabalho científico formatado como artigo, serviu para comprovar que as migrações no continente latino estão ocorrendo, principalmente no âmbito da mobilidade de pessoas detentoras de qualificação profissional, ou seja, de pessoas que não estão necessariamente migrando para o Brasil/Curitiba em busca de inclusão social nos mais amplos aspectos da vida social. Este fato foi constatado através de dados pesquisados junto à Companhia de Habitação Popular de Curitiba no mês de novembro/06, em qual não se observou afluxo significativo de imigrantes latino-hispânicos passando a morar em Curitiba - PR, motivadas pelo processo de globalização, observando-se este reflexo no acesso a moradia popular. Assim concluiu-se que o processo de globalização na América Latina, que se configura principalmente pela formação do bloco econômico do MERCOSUL, não está tendo impacto migratório de latinos no âmbito da moradia popular em Curitiba – PR.

Outra conclusão constatada é a de que não está havendo impacto significativo na habitação popular de Curitiba - PR e nas áreas alvo de regularização fundiária de latino-hispânicos, que estejam migrando em busca mera e simplesmente de melhores condições de vida. Em consulta a este órgão executor da política habitacional do município de Curitiba - Cohab, não se constatou significativa mobilidade de estrangeiros latinos para Curitiba, tanto nas carteiras imobiliárias de imóveis regularizados do Sistema Financeiro de Habitação, Carteira Própria da Cohab, Carteira do Fundo Municipal de Habitação, assim como nas áreas de assentamento precário, as quais estão em processo de regularização fundiária pela Cohab Curitiba, bem como naquelas em que este trabalho ainda não se iniciou, porém as famílias já foram cadastradas pela Cohab/Prefeitura.

De acordo com a pesquisa interna, também se registra uma quantidade muito insignificante de imigrantes latino-hispânicos cadastrados na Fila de espera para aquisição de imóveis populares, diante do número total de brasileiros inscritos. Desta forma, não se confirma o afluxo de latino-hispânicos, movidos pelo advento da globalização e/ou pela busca de melhores oportunidades de vida em Curitiba, configurados como mutuários/moradores de imóveis regulares e/ou de moradores de assentamentos precários/ocupações vulneráveis. Nos últimos 02 anos, se levantou uma

média de apenas 05 casos de moradores latino-hispânicos de imóveis regulares e de moradores latinos em áreas de ocupação irregular; ocorrendo a mesma média para àqueles inscritos na fila de espera para compra de imóveis populares.

Analisando todo o panorama apresentado neste artigo, pode-se concluir que o processo de globalização no âmbito do direito à cidade e habitação, a nível municipal está sendo um processo que até então está ocorrendo para atender principalmente aos interesses do capital. A globalização, a princípio está se dando apenas no nível econômico, observando as iniciativas do poder público municipal no sentido de atrair a instalação de grandes corporações multinacionais para Curitiba. Outra conclusão é a de que os principais movimentos a nível global que a cidade está promovendo, concentram-se na troca de experiências relativas ao planejamento urbano entre cidades de países distintos, através de convênios de cooperação técnica.

Neste contexto, percebe-se que o Estado ainda está atuando neste processo como apoio e suporte, para atingimento das transações econômicas e mercantis promovidas pelo processo de globalização, no caso do Brasil configurado pelo MERCOSUL, bem como para fornecer mecanismos e negociar recursos no que tange a instalação de novas redes comerciais internacionais de negócios, alegando que isso seria uma forma de configurar alavancagem no desenvolvimento urbano da cidade.

A entrada de novas redes internacionais comerciais, não deixa de ser uma forma de estimular e modernizar o desenvolvimento urbano, principalmente se o território escolhido para sua instalação for um território que está necessitando de investimentos urbanos, entretanto quando este processo se dá oportunizando vantagens e lucros apenas para as empresas e para a economia do país, em detrimento da garantia dos direitos humanos sociais à população que reside nos arredores, bem como na cidade como um todo, pode não se configurar como um processo de alcance social, uma vez que não vem compatibilizando interesses mútuos. Além disso, seria salutar, oportuno e condizente com o alcance social, que o processo de globalização nas cidades, contribuísse e se aliasse com a inclusão territorial, reforma urbana, formulação de um plano diretor participativo e justiça ambiental.

Por conseguinte, a exemplo do que acontece à população de baixa renda que reside numa região onde se dá um processo de *verticalidade*, pois acaba sendo

expurgada dali, ou então acaba ficando a margem do processo, pois não apresentam condições econômicas para consumirem da forma que estas empresas desejam, chegando ao momento em que de tão pressionadas pela modernização circundante, acabam naturalmente, por conta própria, buscando outro local mais retirado para morar – geralmente precário, por entenderem que sua realidade sócio-econômica não condiz mais com aquela realidade.

Conforme a Declaração Conjunta dos Chefes de Estado e/ou de Governo do Brasil, China, Índia, México e África do Sul participantes da Cúpula do G8 em Gleneagles em 2006, (...) “o desenvolvimento econômico e social e a erradicação da pobreza são as prioridades primordiais e absolutas dos países em desenvolvimento. Como tal, há necessidade urgente de desenvolver e financiar políticas, medidas e mecanismos de adaptação aos efeitos adversos inevitáveis da mudança do clima, que estão sendo arcados principalmente pelos pobres”. Esta declaração reforça a necessidade de aliar o processo de desenvolvimento econômico e tecnológico produzido pela globalização, ao processo de desenvolvimento humano e social dos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, pois do contrário pode haver conseqüências graves de cunho ambiental e de eclosão social, que irão atingir não somente os países em desenvolvimento do hemisfério Sul, mas também os países desenvolvidos do Norte.

Portanto, é necessário que o processo de globalização se estenda também para o alcance de melhorias na qualidade de vida dos brasileiros, assim como para os latino-hispânicos que para cá migram, para que as pessoas não sejam apenas classificadas como cidadãos do mundo em discursos retóricos, na literatura e nas leis. Todavia faz-se necessário que na prática as pessoas, estrangeiras ou não, possam ser cidadãos do mundo de fato, gozando de melhores condições de vida e condignas com a existência humana, de forma a não ficarem apenas como mera espectadoras do processo de globalização nas cidades, ou pior que isso, ficar excluídas ou empurradas para fora do processo de globalização. Há que se empreender a globalização de forma a conciliar os direitos humanos sociais com o progresso econômico, comercial, tecnológico e das relações diplomáticas, numa perspectiva de também alavancar paralelamente o

progresso social e cultural da humanidade como um todo, e conseqüentemente dos povos da terra, numa dimensão planetária.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ANDRADE, Maria Margarida de. **Componentes de um artigo científico.** <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20061012204035AA5J7al>. Acesso em 23/10/2006.

BAENINGER, Rosana. **O Brasil no contexto das migrações internacionais da América Latina.** <http://www.comciencia.br/reportagens/migracoes/migr09.htm>; Acesso em 24/10/2006.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. **Espaço e Horizontalidade: A noção de contra finalidade em Milton Santos.** http://www.desenvolvimentolocal.org.br/busca/mostra_resultado.php?id=185. Acesso em 01/11/2006.

BRASÍLIA, Ministério das Relações Exteriores. http://www.mct.gov.br/upd_blob/4304.pdf. Acesso em 10/11/06.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

PARANÁ, Companhia de Habitação do Paraná. <http://www3.pr.gov.br/noticias/cohapar/meses.php?ano=2006&mes=03>. Acesso em 12/01/07.

COSTA, Tereza Hilda Bezerra & LIMA, Rochelly Euzébio de. **Questão Urbana e Serviço Social.** Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 79, set. 2004, p. 162-172.

CURITIBA, Prefeitura Municipal. www.curitiba.pr.gov.br Link para site do IPPUC. [http://www.ippuc.org.br/pensando_a_cidade/conteudo_pensando .htm](http://www.ippuc.org.br/pensando_a_cidade/conteudo_pensando.htm). Acesso em 23/10/06.

CURITIBA, Prefeitura Municipal. www.curitiba.pr.gov.br. Link para site da Cohab. <http://www.cohabct.com.br/Conteudo%20Estatico/historico.htm>. Acesso em 26/10/06

HORN, Geraldo Balduino & DIEZ, Carmen Lúcia Fornari. **Orientações para Elaboração de Projetos e Monografias.** Petrópolis – RJ: Ed. Vozes, 2005.

MENDONÇA, Francisco (organizador); [colaboradores] OLIVEIRA, Miguel Arturo C. [et al.]. **Cidade, Ambiente e Desenvolvimento. Abordagem interdisciplinar de problemáticas sócio-ambientais urbanas de Curitiba e RMC.** Curitiba – PR: Editora da UFPR, 2004.

POCHMANN, Marcio. (organizador), [et al.] **Atlas da Exclusão Social. Volume 5: Agenda não liberal da inclusão social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2005.

RAMOS, Silvana Pirilo. **Hospitalidade e Migrações Internacionais o Bem Receber e o Ser Bem Recebido**. 1ª ed. São Paulo: Aleph, 2003.

SANT' ANA, Marcílio Ribeiro de. **A livre circulação de trabalhadores no MERCOSUL**. <http://www.comciencia.br/reportagens/migracoes/migr08.htm>. Acesso em 24/10/2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 13ª ed. Rio de Janeiro, 2006.

SASSEN, Saskia. **As Cidades na Economia Mundial**. São Paulo: Nobel, 1998.